

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, JULIANO GAMBA, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE ARINOS – CISVA.

RECURSO ADMINISTRATIVO: PREGÃO
PRESENCIAL Nº 003/2025 - PELA ANULAÇÃO
DA DESCLASSIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO
DA SUPERIORIDADE DA GARANTIA
APRESENTADA

W. A. DA S. FIGUEIRA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 27.692.583/0001-15 e com sede à Rua Paraíba, n. 254, Bairro Centro, Juara/MT, neste ato representada por sua representante legal, ENA SOSA CHAVEZ, brasileira naturalizada, casada, empresária, inscrita no CPF n. 015.916.406-08, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Senhoria, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fundamento no item 11.1 do Edital n. 003/2025 e no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. Da Tempestividade

A Recorrente, em estrito cumprimento aos prazos e formas legais, manifestou imediata intenção de recorrer durante a sessão de 25/11/2025, conforme registrado em ata. O presente recurso é, portanto, inquestionavelmente tempestivo, nos termos do Item 11.1 do Edital e do Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

II. Síntese da Controvérsia: Um Equívoco de Interpretação Formalista

A presente licitação visa a contratação de serviços médicos de anestesiologia, essenciais para a saúde pública da região. A Recorrente, cumprindo todas as exigências, compareceu ao certame, mas foi sumariamente desclassificada na fase de credenciamento.

A justificativa apresentada foi a de que a apólice de seguro-garantia, com vigência formal de 30/10/2025 a 28/02/2026, não atenderia ao prazo mínimo de 120 dias de validade estipulado no Item 8.9.3.7 do Edital. Tal conclusão, contudo, resulta de uma análise superficial e estritamente literal, que ignora a natureza jurídica do seguro-

garantia, as normas regulatórias que o disciplinam e, sobretudo, **a proteção superior conferida à Administração pela apólice apresentada.**

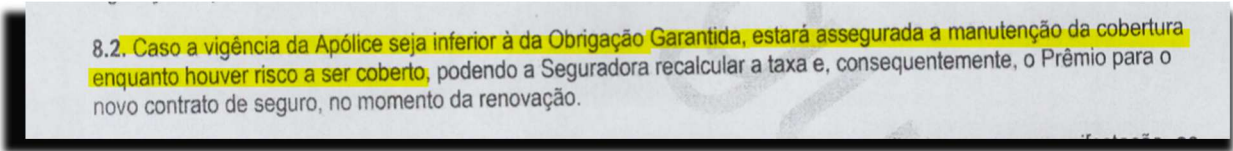
Este recurso demonstrará, de forma inequívoca, que a decisão de desclassificação é ilegal, desproporcional e contrária ao interesse público, devendo ser prontamente reformada.

III. DO MÉRITO RECURSAL: A Inquestionável Validade e Robustez da Garantia Apresentada

Como será detalhado a seguir, a decisão guerreada merece reforma, porquanto se apegar a um formalismo exacerbado que a própria legislação e a jurisprudência rechaçam. A garantia ofertada ademais de atender à finalidade que se destina, não apenas cumpre, mas supera as exigências do edital, oferecendo segurança jurídica e proteção válidas ao erário em patamar muito superior ao mínimo exigido. Expliquemo-nos.

a. A Força Vinculante Da Apólice: Cobertura Que Supera A Exigência Mínima de 120 dias do Edital

O ponto central do debate reside no teor da **Cláusula 8.2** da apólice de seguro-garantia apresentada pela Recorrente (Apólice n. 0775.17.7.113-9), que estabelece de forma cristalina, **veja referida clausula da Apólice anexada pela Recorrente:**



8.2. Caso a vigência da Apólice seja inferior à da Obrigação Garantida, estará assegurada a manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto, podendo a Seguradora recalcular a taxa e, consequentemente, o Prêmio para o novo contrato de seguro, no momento da renovação.

Esta cláusula não é uma mera formalidade ou uma promessa vaga. É um dispositivo contratual com força de lei entre as partes, que cria uma obrigação de resultado para a seguradora.

Isso posto, embora do campo “período de vigência” da apólice compute-se 95 dias, a própria apólice contém cláusula expressa garantindo que, caso a vigência formal seja inferior ao prazo da obrigação principal, **a seguradora manterá a cobertura enquanto existir risco**, o que, por si só, assegura a proteção integral exigida pelo edital pelo período mínimo de **120 dias**.

Em termos práticos ela dispõe que, **independentemente da data de término formal da vigência (28/02/2026), a cobertura da garantia se estende automaticamente por prazo ilimitado, até que o risco garantido** – que no caso em questão é da manutenção da proposta até a assinatura do contrato – seja extinto.

Isso posto, temos que, interpretar o prazo de forma literal e restritiva, sem considerar as demais cláusulas do contrato do seguro garantia é ignorar, pois, a finalidade da garantia. A exigência de 120 dias visa proteger a Administração. A apólice da Recorrente oferece essa proteção de forma **ininterrupta** enquanto for necessária, o que representa uma vantagem e uma segurança muito maiores para o CISVA.

Assim, ainda que haja divergência no campo de vigência formal, o conteúdo jurídico da garantia – que é o que interessa à Administração – cumpre plenamente a finalidade da exigência editalícia: assegurar cobertura por todo o prazo necessário para a adjudicação, homologação e demais atos subsequentes. A desclassificação, portanto, decorreu de interpretação excessivamente literal e formalista, incompatível com o sistema de contratações públicas vigente.

b. Obrigação Decorrente do Edital: Necessária distinção entre Validade versus Vigência da Garantia;

A decisão revela-se discutível ainda quando confrontada com o próprio instrumento convocatório.

O **item 8.9.3.7 do edital** determina expressamente que as garantias de proposta – inclusive na modalidade seguro-garantia – deverão ter a “**validade**” mínima de 120 dias.

8.9.3.7. A caução em dinheiro ficará retida até prazo de liberação previsto neste edital e as garantias de proposta nas demais modalidades somente serão aceitas com prazo de **validade** não inferior a 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega das propostas, observado o disposto nos subitens abaixo no que tange à sua renovação ou substituição.

Embora a apólice em debate indique uma **vigência** que, considerando a nova data de abertura das propostas, resulte, a primeira vista, em período inferior a 120 dias, **o que o edital efetivamente exige — e o que a apólice da recorrente de fato garante — é a validade do mínimo de 120 dias** para cobertura do risco.

Ora, na prática, a garantia ofertada pela Recorrente permanece plenamente válida e eficaz por **prazo indeterminado, até a completa cobertura do evento segurado** exigido, por força do disposto no item 8.2 aclarado supra, oriundo, inclusive, de norma imperativa da SUSEP (artigo 8º, Circular 662/22).

O termo **validade** aqui deve ser entendido com vistas à finalidade da garantia, qual seja, a **cobertura efetiva**, e não como **vigência formal**. Essa é a interpretação imperativa mais correta e adequada, porquanto a finalidade da garantia não é existir por si só (vigência), mas é proteger a Administração contra, entre outras causas, a desistência do licitante (validade - cobertura efetiva).

c. Força Vinculante da Apólice Conforme Previsto Em Edital - Cobertura Que Atende e Supera A Exigência Do Edital.

Imperioso também sublinhar o que prevê o **item 8.9.3.4 do edital**, que determina expressamente que as garantias na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto nas diretrizes da SUSEP.

8.9.3.4. As garantias de proposta apresentadas na modalidade seguro-garantia deverão seguir o disposto nas diretrizes da SUSEP.

Ao estabelecer tal regra, o edital vinculou a si mesmo e a todos os licitantes ao cumprimento das normas da Superintendência de Seguros Privados. A principal norma aplicável é a **Circular SUSEP nº 662/2022**, que em seu Anexo II, Art. 8º, impõe de forma compulsória ao tratar do assunto seguro garantia:

“Art. 8º A seguradora, ao emitir a apólice, deve assegurar a manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto...”

Percebe-se, portanto, que a Cláusula 8.2 da apólice da Recorrente não é uma liberalidade, mas sim, como citado acima, a **reprodução fiel de uma obrigação legal imperativa**. Segundo esse regramento, a seguradora é legalmente obrigada a manter a cobertura da obrigação garantida enquanto ela existir (risco contratado), independente da vigência da apólice. Soma-se a isso, o preceito do § 2º do mesmo artigo que veda ao tomador (a Recorrente) a possibilidade de se opor a essa manutenção, conferindo uma camada adicional de segurança ao segurado (o CISVA).

Logo, ao desclassificar a Recorrente, cometeu um duplo equívoco: ignorou a força da Cláusula 8.2 e, ao fazê-lo, descumpriu o **item 8.9.3.4 do seu próprio edital**, que o obrigava a observar a norma da SUSEP **que, por sua vez, valida integralmente a cobertura por prazo maior daquela apólice**.

d. Evidência Regulamentar Inequívoca: Manual da SUSEP Consolida a Plena Validade da Garantia — Vigência e Manutenção da Cobertura (págs. 19–20)

Como citado acima, o Edital do certame em comento aduz, em seu item 8.9.3.4, que o seguro garantia apresentado deve estar de acordo com as diretrizes da SUSEP.

Pois bem. A reforçar o argumento anterior, traz-se à baila suporte documental direto do **Manual Seguro Garantia da SUSEP**¹. Nele, páginas 19 e 20, explica-se, de forma cristalina, que a vigência do seguro deve ser entendida como o período em que o risco

¹ Vide: <https://www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-planos-e-produtos/manual-seguro-garantia.pdf>

permanece coberto pela seguradora e que, **mesmo quando a apólice formal tenha prazo distinto, a seguradora tem o dever de manter a cobertura enquanto perdurar o risco** — exatamente o entendimento aplicado na Cláusula 8.2 da apólice da Recorrente.

Vejamos, na página 19 do referido documento, afirmação da SUSEP:

segurado³². Ou seja, mesmo que a vigência original da apólice seja inferior a vigência da obrigação garantida (vigência do risco), a seguradora deve manter a cobertura do risco de inadimplência da obrigação garantida enquanto houver esse risco e enquanto este for o interesse do segurado.

E, complementarmente, na página seguinte, conclui (pág. 20):

É importante destacar também que, nesse caso, nem a seguradora, nem o tomador, poderão se opor à manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto e enquanto este for o interesse do segurado³¹. O segurado, por sua vez, pode, a qualquer tempo, se opor à manutenção da cobertura, mediante expressa manifestação³².

Portanto, por todas as vias de argumentação possíveis, notável é que, no caso em que a apólice tenha vigência formal inferior à da obrigação garantida, a seguradora deve assegurar a manutenção da cobertura enquanto houver risco a ser coberto e enquanto este for o interesse do segurado.

Nesse giro, pois, o Manual confirma o que já dito acima: que a manutenção da cobertura enquanto existir risco não é mera liberalidade contratual, mas medida que decorre da regulamentação aplicável — o que transforma a cláusula da apólice em cumprimento direto do normativo da SUSEP.

De mais a mais, como o próprio edital exige, há observância das diretrizes da SUSEP (item 8.9.3.4), a apólice da Recorrente atende — e harmoniza-se — com o edital, tanto no aspecto da vigência do risco quanto na garantia de continuidade da proteção ao segurado.

Assim é que, as obrigações procedimentais impostas às seguradoras (critérios para manutenção da cobertura e vedação ao tomador de impedir a manutenção enquanto houver risco) visam exatamente mitigar qualquer argumento de descontinuidade — de modo que a desclassificação, além de formalmente incorreta, afronta a finalidade pública da regulamentação.

e. O Formalismo Moderado e a Prevalência Do Interesse Público: A Finalidade Da Garantia Plenamente Atingida

A Administração Pública moderna é regida pelo princípio do **formalismo moderado**. O excesso de formalismo, que sacrifica a finalidade da norma em nome de um rigorismo cego, é prática vedada pela Lei nº 14.133/2021 e rechaçada pela jurisprudência pacífica nos Tribunais Superiores de Justiça e no Tribunal de Contas da União (TCU).

O Art. 12, inciso III, da Lei de Licitações é claro ao afirmar que

“III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação”.

Vê-se que a Lei nº 14.133/2021 consagra o **formalismo moderado**, segundo o qual o procedimento licitatório deve privilegiar o resultado, em detrimento de formalidades que não comprometam a execução e a segurança do contrato.

No presente caso, como aclarado acima, a suposta “falha” na vigência formal não compromete, em absolutamente nada, a finalidade da garantia. Pelo contrário, como exaustivamente demonstrado, a proteção oferecida é superior e atende à finalidade da garantia requerida – proteger a Administração (CISVA).

Em outras palavras é dizer que, a exigência editalícia de validade mínima de 120 dias tem natureza **finalística**, ou seja, o objetivo é assegurar que a Administração esteja protegida durante o período de análise das propostas e realização dos atos subsequentes. Quando a apólice, por meio de cláusula própria, garante a manutenção da cobertura por todo o período do risco, esse objetivo está plenamente atendido. O “vício” é, portanto, **formal, sanável e irrelevante para fins de segurança do procedimento**, motivo pelo qual não pode justificar a exclusão da licitante.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em diversos precedentes, orienta que a Administração deve prestigiar a competitividade e **evitar desclassificações baseadas em falhas formais**, desde que não haja prejuízo à segurança ou à execução. O TCU tem reiteradamente decidido que documentos que cumprem a finalidade, ainda que apresentem pequenas imperfeições, devem ser aceitos, cabendo ao pregoeiro buscar esclarecimentos antes de proceder à exclusão, a saber:

Acórdão 1899/2008-TCU-Plenário, Rel. Min. UBIRATAN AGUIAR

Enunciado

É possível ao órgão licitante, antes de proceder à desclassificação do competidor, realizar diligências quanto ao atestado de capacitação técnica apresentado.

Acórdão 2302/2012-TCU-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues

Enunciado

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que

irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.

Acórdão 3615/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo

Enunciado

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário, Relatora Min. Ana Arraes

Enunciado

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.

Diante desses esclarecimentos, pois, manter a desclassificação da Recorrente seria privilegiar o formalismo extremo em detrimento do conteúdo principal.

Sobre isso, ainda, destaca-se aqui, recente decisão do i. Tribunal de Contas do Paraná, referenciando outro julgado do e. Tribunal de Contas da União:

“[...] A licitação é um procedimento orientado para uma finalidade, de modo que as normas legais devem ser interpretadas de acordo com a finalidade a que se destinam, não sendo adequada uma interpretação literal dos dispositivos e sim uma interpretação sistemática e finalística. Trata-se de ponderação entre os princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório e a busca pela proposta mais vantajosa e atendimento ao interesse público, com aplicação da razoabilidade e proporcionalidade. (...) Observa-se que a controvérsia no caso seria a possibilidade de abertura de diligência para a apresentação de documento não juntado inicialmente. Como exposto acima, apesar de não haver previsão expressa, a jurisprudência tem admitido tal procedimento em ponderação de princípios”. (Acórdão n.º 1744/22 – Tribunal Pleno)²

E ainda, sobre o tema Licitações e Contratos, segundo Orientações e Jurisprudências do TCU (5.4.1. Aceitabilidade e desclassificação):

Assim, defeitos formais das propostas poderão ser sanados pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, conforme o princípio do formalismo moderado.

² Vide:

https://www.tce.pr.gov.br/data/files/BA/27/4D/6F/DBD7A910AE7937A96D1819A8/DETCPR_3567.pdf

Portanto, desclassificar a Recorrente por este motivo é uma decisão que revela – na contramão da lei e dos entendimentos mais hodiernos dos tribunais – excesso de formalismo por leitura parcial, interpretação literal e restritiva. De tal sorte, mantida, ela se mostra mesmo desproporcional, principalmente diante de tudo quanto exposto alhures, ademais de prejudicar a competitividade do certame (ainda mais grave ao se considerar que houve apenas mais um concorrente) e, em última análise, o interesse público, que é o de obter a proposta mais vantajosa através da participação do maior número possível de licitantes qualificados.

ANÁLISE COMPARATIVA: A Evidente Vantagem Da Apólice Apresentada Pela Recorre – Cobertura Acima Do Limite Mínimo.

Para facilitar a visualização, o quadro abaixo demonstra a superioridade inequívoca da garantia ofertada pela Recorrente em comparação com uma apólice comum de 120 dias:

Aspecto	Apólice Comum (120 dias)	Apólice da Recorrente garantia por tempo ilimitado (com Cláusula 8.2)
Vigência Formal	120 dias fixos	Prazo formal definido
Cobertura Efetiva	Limitada a 120 dias	Ilimitada , enquanto houver risco a ser coberto
Renovação	Depende de novo contrato/endosso	Automática , por força de lei e contrato
Risco de Descontinuidade	Existente	Inexistente , a cobertura é mantida compulsoriamente
Conformidade com SUSEP	Atende ao básico	Plena conformidade , com cláusula protetiva obrigatória
Proteção ao CISVA	Boa	Superior e Máxima

É dizer que: A apólice apresentada é válida para além do prazo mínimo de validade exigido no edital, não havendo, pois, que se falar em desclassificação da licitante por esse motivo. Ato contínuo, ainda que esse i. pregoeiro abrace, sem cessar, o excesso de formalismo veementemente afastado pelo TCU, TCE's do país e pela lei, ainda assim, haveria de aplicar a lei nos termos acima dispostos, porquanto dela não pode afastar-se.

Como vastamente dissertado acima, o seguro-garantia é regido por normas da SUSEP, as quais preveem que a cobertura deve acompanhar a obrigação principal, sendo a cláusula de manutenção da garantia **expressão desse regime jurídico**. Desconsiderar cláusula expressa que assegura a vigência pelo período necessário significaria negar

eficácia ao próprio contrato de seguro, em flagrante violação aos princípios da boa-fé, da razoabilidade e da proporcionalidade.

IV. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, com a certeza de que, evidenciados os termos acima, a justiça e a legalidade prevalecerão, a Recorrente requer:

- a) O recebimento e provimento do presente recurso para **RECONSIDERAR** a decisão de desclassificação, reconhecendo a plena **validade** e a superioridade da apólice de seguro-garantia apresentada **acima do prazo mínimo** de 120 dias exigido no Edital, e, por conseguinte, determinar a imediata habilitação e classificação da Recorrente para que possa prosseguir nas demais fases do Pregão Presencial nº 003/2025.
- b) Subsidiariamente, caso não seja acolhido o pedido principal, que Vossa Senhoria determine o prosseguimento do certame e, em paralelo, a realização de **diligência** junto à seguradora, nos termos do Art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para que esta confirme formalmente o que a apólice e a lei já garantem: a manutenção da cobertura por prazo ilimitado, enquanto perdurar o risco, nos termos da Cláusula 8.2 da apólice e do Art. 8º da Circular SUSEP nº 662/2022, a confirmar efetiva capacidade da apólice de garantir a Administração.
- c) Caso Vossa Senhoria entenda por manter a decisão impugnada, requer-se, desde já, nos termos do artigo 165, §2º, da Lei de Licitações, o encaminhamento integral do presente recurso à autoridade superior competente para julgamento, garantindo-se o duplo grau administrativo e a apreciação hierárquica do mérito recursal.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Juara/MT, 28 de novembro de 2025.

ENA SOSA CHAVEZ

Sócia Representante

W. A. DA S. FIGUEIRA & CIA LTDA - CNPJ 27.692.583/0001-15

Telefone para Contato: (66) 99683-4755

E-mail para Contato: enajuara@gmail.com